

A GEOGRAFIA COMO INSTRUMENTO PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Victor Pereira de Sousa
victordesousa@outlook.com.br
<http://lattes.cnpq.br/8041867185790996>

Agda Cristina Valle
agcrisval@hotmail.com
<http://lattes.cnpq.br/2326513265041576>

Rafael de Souza Dias
geo.rafael@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/4940417806946475>

RESUMO

No âmbito escolar deve-se buscar a pluralidade social e a inclusão dos alunos, de forma coesa, mantendo a integridade física, psicológica, pessoal e social dos educandos. Este trabalho apresenta uma reflexão sobre a educação inclusiva, focando na ciência geográfica, apresentando conceitos e aspectos que demonstram a importância da geografia na contribuição e compatibilização da educação inclusiva. Ao tratarmos o ensino de Geografia baseado em uma visão cultural, se tratando da inclusão das multiculturas no âmbito escolar, devemos refletir sobre o que a cultura em si traz para a compreensão dessa inclusão social que se busca no seio da Educação. A Geografia, dentro do processo educativo, seja ele formal ou informal, deve desenvolver-se mediante uma leitura prática que vincule o educando com a comunidade, conciliando valores e atividades que promovam um comportamento para a transformação dessa realidade. Ou seja, onde se desenvolvem práticas que tendem a modificar e reinventar a maneira de ser do grupo, casal, família, comunidade, trabalho e demais relações, a partir de uma realidade concreta e vivenciada.

Palavras-chave: diversidade; inclusão; ensino de geografia

INTRODUÇÃO

Quando tratamos de Educação Inclusiva, em linhas gerais, vem à mente do indivíduo a relação que as escolas e os professores atualmente devem ter com alunos considerados especiais. Todavia, o processo de inclusão não deve ficar restrito apenas a esse ambiente, nem a essa relação, mas deve envolver um diálogo entre a sociedade, a escola (incluindo aí o espaço físico e o corpo docente) e a família.

A Educação deve permear por toda a diversidade encontrada na escola, tendo em vista que esse espaço nada mais é do que um campo onde a diversidade encontra-se em sua mais elevada fase de dinamização social e cultural, onde gêneros, crenças, realidades e indivíduos diversos interagem entre si e com o ambiente, envolvendo assimilações, aceitações e conflitos.

As sociedades resultam da ação humana, e por essa razão constituem-se como parte do espaço geográfico, contribuindo para que a Geografia se qualifique como ciência de síntese. É certo afirmar que existem sociedades por todas as partes de nosso planeta, que ocupam áreas extensas ou reduzidas, com muitos ou poucos indivíduos e constituídas por diversos tipos de relacionamentos. Cada uma dessas sociedades, que formam os núcleos sociais, é marcada por processos sócio-históricos que contribuíram para a sua formação, e dessa maneira, para formação da sociedade global a qual conhecemos hoje.

No âmbito escolar, envolvendo em um modo geral todos os profissionais da instituição, deve-se buscar a pluralidade social e a inclusão dos alunos, de forma coesa, mantendo a integridade física, psicológica, pessoal e social desses alunos. A Educação Inclusiva deve ser vista, desta maneira, como uma educação capaz de abrir as portas da igualdade, construindo na sociedade vigente uma sociedade pluralista e mais humanitária. O profissional docente deve, assim, articular o seu conhecimento teórico às atividades práticas que possibilitem a concretização do processo de ensino e aprendizagem através da adoção de recursos educativos com determinado fim.

Nesta linha de pensamento é que este trabalho vem com o objetivo de fazermos uma reflexão sobre os rumos que a Educação de nosso país vem tomando ao longo de sua história, utilizando métodos e formas as quais sejamos capazes de analisar e criticar esses rumos tomados e as futuras consequências que esses rumos trarão.

Diante do exposto, focando na ciência geográfica, serão apresentados conceitos e aspectos que demonstram a importância da geografia na contribuição e compatibilização da educação inclusiva. Para que a geografia seja capaz de contribuir e compatibilizar para que a Educação seja de fato, na teoria e na prática, inclusiva. Além disso, serão também propostas reflexões sobre o papel do profissional docente e da

posição do sistema educacional brasileiro diante do quadro da desvalorização da Educação no Brasil.

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA COMO REALIDADE SOCIAL

Como visto, a Educação deve buscar sempre a pluralidade e o entendimento da diversidade como algo positivo para a construção de vida de cidadãos que sejam capazes de formar uma sociedade que obtenha qualidade de vida, no sentido geral da palavra, para todos, extinguindo ou ao menos mitigando qualquer tipo de preconceito ou desvalorização as quais observamos diariamente ao sairmos de nossas casas, ou até mesmo dentro delas. De acordo com Libâneo (1994):

Em sentido amplo, a Educação envolve processos institucionais gerais e formativos, que são vivenciados no meio social. Em sentido restrito, o processo educativo ocorre em instituições mais específicas, educacionais ou não, com o objetivo explícito de instruir, ensinar e orientar o indivíduo a uma ação. Assim, uma educação intencional onde os objetivos são definidos, como é o caso da educação escolar e extraescolar, existe a partir de uma consciência por parte do educador ou dos pais para com seus alunos e filhos. Para tanto, há métodos, técnicas, lugares e condições específicas prévias organizadas para criar as condições do processo ensino-aprendizagem ou educativo. Isto implica em ações de ensino com objetivos pedagógicos explícitos, sistematizados e com procedimentos didáticos (LIBÂNEO, 1994).

Porém, Libâneo (1994) também destaca que independentemente do tipo de processo educativo (intencional ou não-intencional), este é sempre contextualizado social e politicamente. Há, assim, uma subordinação à sociedade que exige, dos indivíduos, um comportamento social e ideológico determinado pelas conjunturas de um momento histórico que passa a humanidade.

A partir desse exposto, vale refletir que em busca de uma Educação Inclusiva que seja capaz de obter o êxito desejado, muitos caminhos devem ser mudados ou revistos no âmbito escolar de nossa atualidade. Como o educador é quem está mais diretamente ligado ao aluno e também é o responsável por compor a instrução de uma qualidade de ensino baseada na veracidade dos fatos e na realidade deste educando, cabe a ele manter ética profissional, conciliando a prática à realidade, com consciência de que, muitas vezes, a teoria não será o suficiente para envolver e cativar em relação ao

conteúdo, sendo necessário o devido reconhecimento do papel político do trabalho docente e da responsabilidade social para com seus alunos. Nesse sentido, a escolha dos conteúdos e métodos deve levar em conta a oportunidade de propiciar um domínio dos conhecimentos e a capacidade de raciocínio para compreender a sua realidade social.

Para mudarmos a forma com que nos relacionamos, devemos ter em mente que primeiramente devemos mudar a nós mesmos antes de quisermos ver a mudança no outro, para não cairmos na contradição a qual se reportava Shakespeare (1564 – 1616), quando dizia que “cada um pensa em mudar a humanidade, mas ninguém pensa em mudar a si mesmo”.

Valle e Costa (2010) nos dizem que ao longo da História, a escola tem estado atrelada aos interesses do Estado, representando com isso, a classe dominante que molda a produção de conhecimento, como maneira de construir e consolidar uma forma de pensar, de agir, de usar os objetivos, de fazer política, de falar e de viver, garantindo assim, o consenso de que é a representante de todos nós.

E é se tratando de ‘todos nós’ que a relação do professor-aluno-família deve ocorrer da forma mais natural possível, onde se possa enxergar clareza e respeito, ultrapassando as fronteiras tradicionais que mascaram o corpo docente em sua relação com o alunado e com o grupo familiar. O professor deve viver, dentro de sala de aula, a realidade vivida por seus alunos, sendo capaz de adequar-se a eles, compreendendo suas atitudes e trabalhando de forma a qual possa melhorar o ensino-aprendizagem da classe em questão e da Educação como um todo.

GEOGRAFIA E ENSINO: FORMAS PLURAIS DE CONDUZIR A EDUCAÇÃO

O profissional docente deve ter em mente que ele não é, por excelência, a razão soberana do conhecimento, utilizando-se de sua capacidade docente e de sua posição para mediar o conhecimento a seus alunos e não impor, autoritariamente, o conhecimento que acha correto ou adequado. A construção dessa relação entre o aluno e o professor deve ser construída no cotidiano escolar, por ambas as partes, conciliando e equilibrando esse ambiente para que a educação se torne um instrumento cada vez mais inclusivo.

A escola inclusiva não procura no aluno a origem de um problema. Define-se pelo tipo de resposta educativa e de recursos e apoios utilizados para que este obtenha sucesso escolar. Por fim, em vez de pressupor que o aluno deva ajustar-se a padrões de normalidade para aprender, aponta para o desafio de ajustar-se para atender à diversidade de seus alunos (FERNANDES, 2003, p. 21).

A prática de ensino docente deve contribuir de todas as formas possíveis para que a inclusão de diversidades na Educação se torne algo real na prática. O artigo terceiro da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, nos diz claramente em seus onze incisos que:

Art. 3º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideais e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extraescolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Mais restritamente ao Estado do Rio de Janeiro, Valle e Costa (2010) nos mostram que a Constituição do Rio de Janeiro define, com muita clareza, a gestão democrática do ensino público, quando estabelece as seguintes diretrizes:

- a) participação da sociedade na formulação da política educacional e no acompanhamento de sua execução;
- b) criação de mecanismos para a prestação de contas à sociedade da utilização dos recursos destinados à Educação;
- c) participação de estudantes, professores, pais e funcionários, através de funcionamento de conselhos comunitários em todas as unidades escolares, com o objetivo de acompanhar o nível pedagógico da escola, segundo normas do Conselho Estadual e Municipal da Educação (Rio de Janeiro, 1989, artigo 304, inciso VI).

Todavia, é extremamente poético ouvir, ou ler, que os professores têm oportunidades de formação continuada e aprimoramento de suas capacidades educacionais, no entanto, a realidade é que a desvalorização a qual vem sofrendo a profissão docente empurra os professores para uma dupla jornada extenuante. Isso

porque, com o baixo salário que o professor recebe, principalmente em níveis municipais e estaduais, ele não tem condições de manter-se em apenas um emprego e por isso procura outros, trabalhando em várias escolas ao mesmo tempo, em diferentes turnos e modalidades de ensino, em busca de complementar a renda para sua sobrevivência.

DA POESIA À REALIDADE: EM BUSCA DA EDUCAÇÃO QUE SEJA PARA TODOS

Em toda essa poética educacional, o sistema atribui responsabilidades e adaptações ao professor, solicitando que seja mais dinâmico e capaz de aplicar em suas turmas atividades que façam com que todos os alunos possam se sentir melhor incluídos em suas aulas. Com certeza seria muito interessante para uma turma que supostamente tem um de seus alunos cego, que todos os demais alunos tivessem a oportunidade de realizar uma atividade em braile para que o aluno portador da deficiência e todos os outros pudessem fazer parte de uma mesma realidade, acolhendo assim o aluno especial, e de forma geral, acolhendo a turma como um todo.

Falar em dificuldade na aprendizagem, distúrbios de aprendizagem e outras questões da aprendizagem, além de debater as questões físicas, psicomotoras e psicológicas, requer ter um bom embasamento em toda complexidade do homem, para poder traçar alguma ação pedagógica, e de saúde, visto que sua atuação deve ser ampla e aberta a todos os ângulos ao seu redor. O profissional, seja ele um docente ou mesmo da área da saúde, deve sempre pensar em buscar soluções para as inquietações que surgem. Paulo Freire (1967) sempre enfatizou que o professor deve ter a coragem do compromisso; a alienação (o professor, se não se “cuidar”, também se torna “alienado”) estimula formalismo, que funciona como uma espécie de cinto de segurança.

A organização de currículos, programas e planejamentos de ensino alienados da realidade dos educandos que necessitem de um olhar especial e diferenciado, todavia, não tem se caracterizado por uma natureza efetivamente prática. Por isso, na medida do possível, há de se conciliar o trabalho dos profissionais da Educação com os profissionais da Saúde, envolvendo, nesse tripé, a participação da família. A união de forças e conhecimentos, o tradicional com o tecnológico, permite o estímulo não apenas à própria

capacidade de crítica e de resiliência, mas também dessas crianças, adolescentes, jovens e adultos, complementando os seus conhecimentos, gerando novos saberes.

Porém, caímos novamente em contradições e a realidade se apresenta de forma bem dura. Como um professor que trabalha em dois ou três colégios, com turmas de em média trinta alunos, sem nenhum apoio pedagógico ou especial, seria capaz de ter disponibilidade e material específico para elaborar diversas atividades, para suas diferentes turmas, visando à inclusão de todos os alunos? Como esperar a participação familiar, sendo que muitas vezes, quando há o diagnóstico da deficiência, esta também precisa enfrentar os conflitos que ocorrem em seu interior? Muitas vezes, a presença materna é a única ou a principal. E sozinha, nem sempre dá conta de realizar um efetivo acompanhamento. Fora isso, o que aguardar do nosso sistema de saúde? Com essas perspectivas é necessária uma compreensão maior do universo escolar para avaliar as possibilidades do trabalho de docência na efetiva escolarização das crianças, jovens e adultos.

Mesmo com todas essas adversidades que a Educação e os que lutam em prol dela têm enfrentado, ainda existem meios para chegarmos à tão desejada Educação Inclusiva. Devemos pensar na Educação Inclusiva como uma cultura de diversidades que se tornam plurais em suas singularidades, apostando na diversidade cultural e nas oportunidades de ensino-aprendizagem que surgem a partir dessas interações intersociais.

O conceito de relações, da esfera puramente humana, guarda em si, [...], conotações de pluralidade, de transcendência, de criticidade, de consequência e de temporalidade. As relações que o homem trava no mundo com o mundo (pessoais, impessoais, corpóreas e incorpóreas) apresentam uma ordem tal de características que as distinguem totalmente dos puros contatos, típicos da outra esfera animal. Entendemos que, para o homem, o mundo é uma realidade objetiva, independente dele, possível de ser conhecida. É fundamental, contudo, partirmos de que o homem, ser de relações e não só de contatos, não apenas está no mundo, mas com o mundo. Estar com o mundo resulta de sua abertura à realidade, que o faz ser o ente de relações que é (FREIRE, 1967).

De acordo com Paulo Freire (1967), há uma pluralidade nas relações do homem com o mundo, na medida em que responde à ampla variedade dos seus desafios. Em que não se esgota num tipo padronizado de resposta. A sua pluralidade não é só em face dos

diferentes desafios que partem do seu contexto, mas em face de um mesmo desafio. No jogo constante de suas respostas, altera-se no próprio ato de responder. Organiza-se. Escolhe a melhor resposta. Testa-se. Age.

O homem como um ser social, como um ser de relações sociais, está em permanente movimento. Estamos sempre nos transformando, apesar de aparentemente nos mantermos iguais. Isso porque nosso mundo interno se alimenta dos conteúdos que vêm do mundo externo e, como nossa relação com esse mundo externo não cessa, estamos sempre como que fazendo a “digestão” desses alimentos e, portanto, sempre em movimento, em processo de transformação (BOCK *et. al.*, 1999).

A GEOGRAFIA NA PRÁTICA DOCENTE: UMA VISÃO CULTURAL

Para Santos e Grumbach (2014) é importante entendermos a diferenciação entre Cultura Escolar e Cultura da Escola para nos aprofundarmos nessas questões relacionadas a interações intersociais no âmbito escolar. A partir da interpretação das autoras sobre o que Folquin (1993) diz sobre o assunto, elas relatam que:

A Cultura da Escola é representada por seus ritmos e seus ritos, sua linguagem, seu imaginário, seus modos próprios de regulação e de transgressão, e a Cultura Escolar é entendida como um conjunto de conteúdos cognitivos e simbólicos e como objeto de transmissão no contexto escolar. (SANTOS & GRUMBACH, 2014).

Ainda de acordo com as autoras, a questão cultural vem sendo apontada por educadores críticos como valiosa fonte de enriquecimento para o processo de ensino na sala de aula e na escola, visto que a socialização e a humanização decorrentes dessas práticas são funções educativas básicas da escola. Nessa perspectiva, muitas são as trocas e os conhecimentos construídos a partir da experiência de interação dos próprios alunos, dos alunos com os professores, pelo uso de materiais e meios tecnológicos e didáticos, nas atividades concretas desenvolvidas. Na Cultura Escolar e na Cultura da Escola, comportamentos e valores são constantemente trocados (SANTOS & GRUMBACH, 2014).

Libâneo (1994) ressalta que a Educação equivale a um conceito mais amplo e se refere ao processo de desenvolvimento de personalidade social e do caráter, implicando uma concepção de mundo, traduzindo-se em convicções ideológicas do indivíduo. Partindo daí, esmiúça que a Educação é um produto (ação educativa) e um processo

(transformação) ao mesmo tempo. A instrução é a formação intelectual do indivíduo (conhecimentos sistematizados). E o ensino são as ações, meios e condições para a realização da instrução.

Indo além, as práticas educativas dos professores, como diz Candau (2000), “precisam ser cada vez mais plurais, articulando a igualdade e a diferença no trabalho escolar, além do intercultural, do pluralismo de vozes e ideias, dos estilos e dos sujeitos socioculturais no enriquecimento dos debates em sala”. O ensino é culturalmente relevante quando as experiências dos alunos e suas vivências são utilizadas não só como uma forma de se aprender a superar os efeitos negativos da cultura dominante (SANTOS & GRUMBACH, 2014).

Assim, torna-se cada vez mais desafiador para o professor e para a escola, tornar a Educação um instrumento de inclusão, acolhendo as pluralidades e unificando as diversidades em uma relação humanitária, onde prevaleça o ser e não seu *status* ou rótulo perante a sociedade.

Adequar o currículo da escola a essas multidiversidades também não é uma tarefa fácil a se cumprir. Temos um longo caminho para percorrermos ainda, se quisermos fazer com que o currículo mínimo das escolas hoje esteja a par com a realidade dos discentes. Para obtermos êxito tanto no ensino de Geografia, quanto no de outras disciplinas, é preciso superar o tradicionalismo que sobrecarrega a Educação como um todo, assim como nos afirma Callai (2005):

Para romper com a prática tradicional da sala de aula, não adianta apenas a vontade do professor. É preciso que haja concepções teórico-metodológicas capazes de permitir o reconhecimento do saber do outro, a capacidade de ler o mundo da vida e reconhecer a sua dinamicidade, superando o que está posto como verdade absoluta. É preciso trabalhar com a possibilidade de encontrar formas de compreender o mundo, produzindo um conhecimento que é legítimo. (CALLAI, 2005).

O professor, sua concepção de Educação e da geográfica, é que podem fazer a diferença. E é a interlocução dos saberes, como nos diz Marques (1993) que pode permitir esse avanço. “O conhecimento geográfico produzido na escola pode ser o explicitamento do diálogo entre a interioridade dos indivíduos e a exterioridade das condições do espaço geográfico que os condiciona” (REGO, 2000).

Ao tratarmos o ensino de Geografia baseado em uma visão cultural, se tratando da inclusão das multiculturas no âmbito escolar, devemos refletir sobre o que a cultura em si traz para a compreensão dessa inclusão social que se busca no seio da Educação. Silva e Silva (2006), afirmam que o significado mais simples desse termo afirma que cultura abrange todas as realizações materiais e os aspectos espirituais de um povo. Ou seja, em outras palavras, cultura é tudo aquilo produzido pela humanidade, seja no plano concreto ou no plano imaterial, desde artefatos e objetos até ideais e crenças. Cultura é todo complexo de conhecimentos e toda habilidade humana empregada socialmente. Além disso, é também todo comportamento aprendido, de modo independente da questão biológica.

Podemos então, perceber que as interações socioculturais são instrumentos que devem estar entrelaçados aos interesses do conhecimento e principalmente do aprendizado, pois é no eixo das interações socioculturais que o indivíduo se torna ser, se fundamenta como cidadão, se habilita para conviver e sobreviver em sociedade. É nas égides das formações e aglomerações culturais que o ser humano se traduz enquanto ser, buscando por meio de sua própria identidade, mostrar-se ao mundo como sujeito ativo de uma sociedade em pleno vão de formação. Afinal, cabe ao ser humano entender que nossa sociedade nunca estará pronta, que cabe a nós, diariamente, reformularmos nossos valores para que novamente possamos ser justos, racionais e humanos.

É por meio da cultura que vemos a alternância de se buscar cada vez mais vias de significados para aquilo que acreditamos, ou que achamos ser. Como diz Geertz (1989), a dificuldade em definirmos um termo universal para a cultura é que, ao admitir a cultura como uma ciência interpretativa, permanece a procura do significado. E é esse significado a qual devemos buscar todos os dias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No meio desse jogo de adversidades e contradições das – e nas – práticas pedagógicas encontramos a Educação Inclusiva buscando ter voz e fazer parte de nossa sociedade, almejando fazer parte da teoria e participando da prática diária do nosso dia a

dia. A Educação Inclusiva mostra-se como instrumento aliado à nossa evolução como seres humanos, seja no aspecto pessoal, social, educacional ou ainda nas outras mais diversas esferas que compõem nosso espaço geográfico, afinal, a Educação mostrou ser a ferramenta principal da nossa evolução como indivíduo, pessoal e social, durante toda a História da humanidade.

Assim como o professor de Geografia, ou de qualquer outra ciência, deve buscar sempre romper a dualidade a qual vemos dividir a Educação, formando cada vez mais oprimidos para serem oprimidos e opressores para serem opressores, ou seja, devemos romper o autoritarismo e o tradicionalismo na educação pelo pluralismo e o multiculturalismo. Podemos entender que, como afirma Mizukami (1986), o professor em si não transmite conteúdo e sim dá assistência, sendo facilitador da aprendizagem. O conteúdo advém das próprias experiências familiares, sociais e culturais dos alunos. A atividade é considerada um processo natural que se realiza através da interação com o meio. O professor não ensina: apenas cria condições para que os alunos aprendam.

E o aprendizado constitui-se no campo das relações sociais, das necessidades culturais que buscamos naturalmente conectarmos entre si, elaborando nossa bagagem que constituirá de uma dialética infinita, a marcação da nossa história. Como diz Freire (2003), o ato educativo é um ato político, por isso o educador consciente de seu papel político-social, precisa permitir em sua prática a liberdade intelectual, promover a autonomia e o pluralismo de pensamentos, e tentar com sua pedagogia, libertar seus alunos da ignorância, do preconceito, do capricho, da alienação e das falsas consciências, buscando desenvolver as potencialidades humanas de cada um. Isso é humanismo e é disso que a sociedade precisa.

A Geografia, dentro do processo educativo, seja ele formal ou informal, deve desenvolver-se mediante uma leitura prática que vincule o educando com a comunidade, conciliando valores e atividades que promovam um comportamento para a transformação dessa realidade. Ou seja, onde se desenvolvem práticas que tendem a modificar e reinventar a maneira de ser do grupo, casal, família, comunidade, trabalho e demais relações, a partir de uma realidade concreta e vivenciada.

Por fim, é possível concluir que, de acordo com Santos e Grumbach (2014) que a Educação é um processo, ao mesmo tempo, social e individual. Do ponto de vista social, pode ser vista como a interferência que a sociedade exerce no desenvolvimento dos indivíduos, com o objetivo de se manter e de se reproduzir. Essa interferência é feita por meio de um conjunto de estruturas, influências, processos e ações. Embora a prática educativa tenha como função precípua manter e reproduzir a sociedade, ela colabora com a sua transformação, pois contribui com o desenvolvimento da capacidade de pensar dos indivíduos e estes, individualmente e em grupos, passam a ter possibilidades de refletir sobre a realidade que os cerca e de transformar essa realidade. Do ponto de vista individual, tal processo é o desenvolvimento da pessoa no que diz respeito às suas características de ser humano, ao seu potencial e à sua participação na sociedade. Portanto, preocupa-se com o homem e com sua capacidade valorativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair. TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. São Paulo: Saraiva, 1999.

CALLAI, Helena Copetti. Aprendendo a ler o mundo: a Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental. **Cadernos do CEDES (UNICAMP)**, Campinas-SP, v. 25, n.66, p. 227-247, 2005.

CANDAU, Vera Maria. Da Didática fundamental ao fundamental da Didática. *In*: ANDRÉ, Marli; OLIVEIRA, Maria Rita (orgs.) **Alternativas do ensino de Didática**. Campinas, Papyrus, 1997.

FERNANDES, Edicléia Mascarenhas. **Educação Especial Inclusiva**. Fundação CECIERJ - Consórcio CEDERJ. Rio de Janeiro, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 26ª Edição. Editora Paz e Terra: São Paulo, 2003.

_____. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1967.

FOLQUIN, Jean-Claude. **Escola e cultura: as bases epistemológicas do conhecimento escolar**. Artes Médicas: Porto Alegre, 1993.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1989.

MARQUES, Mario Osório. **Conhecimento e modernidade em reconstrução**. UNIJUÍ: Ijuí, 1993.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Ensino: As Abordagens do Processo**. Editora EPU. São Paulo, 1986.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Artigo 3, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em 10dez.2016.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

REGO, Nelson. et al. **Geografia e educação: geração de ambiências**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

RIO DE JANEIRO (Estado). Constituição (promulgada a 5 de outubro de 1989). *Constituição do Estado do Rio de Janeiro – Unidade Federativa do Brasil*. Niterói: Imprensa Oficial, 1989.

SANTOS, Ana Lúcia Cardoso dos Santos. GRUMBACH, Gilda Maria. **Didática para Licenciaturas: Subsídios para a Prática de Ensino**. Fundação CECIERJ - Consórcio CEDERJ: Rio de Janeiro, 2014.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. Ed. Contexto: São Paulo, 2006

VALLE, Bertha de Borja Reis do. COSTA, Marly de Abreu. **Políticas Públicas em Educação: Volume 1**. Fundação CECIERJ. Consórcio CEDERJ. Rio de Janeiro, 2010.

SOBRE OS AUTORES:

Victor Pereira de Sousa é graduando em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Possui formação técnica em química pela Fundação São José e cursa o técnico em Agroecologia pelo Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais.

Agda Cristina Valle é pós-graduada em História Moderna e História do Brasil pela Universidade Federal Fluminense (UFF), graduada em História pela Faculdade de Filosofia Santa Doroteia (FFSD) e graduanda em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Rafael de Souza Dias possui doutorado em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), mestrado em Educação Ambiental pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e graduação em Geografia também pela UERJ.